

## **PARECER Nº       , DE 2009.**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, ao Projeto de Resolução nº 28, de 2009, que *dispõe sobre a nomeação do cargo de Diretor-Geral do Senado Federal.*

**RELATOR: Senador TASSO JEREISSATI**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Resolução sob exame, de autoria do Senhores Senadores José Sarney e Arthur Virgílio e apoio de vários outros senhores senadores, tem por objetivo determinar que o Diretor-Geral do Senado seja nomeado pelo Presidente do Senado Federal, *dentre os servidores da Casa, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, em votação secreta.* (art. 1º). A escolha será precedida de arguição pública por esta Comissão no prazo máximo de cinco dias úteis, após a indicação pelo Presidente da Câmara Alta (parágrafo único).

O mandato do Diretor-Geral, de acordo com o art. 2º da proposta, não excederá ao mandato da Mesa do Senado à época de sua nomeação, vedada a sua reeleição para o período imediatamente subsequente, nos termos do § 4º do art. 57 da Constituição. Sua destituição, por iniciativa do Presidente da Casa, será precedida de autorização da maioria absoluta do Senado, e será feita em votação secreta. (art. 3º).

A justificação da iniciativa ressalta que o Senado tem sido objeto de gravíssimas denúncias, havendo indícios de práticas de crimes contra a administração pública e de outros atos ilícitos que maculam a imagem da instituição. Assim, considerando a importância de se analisar a probidade do servidor responsável pela administração da instituição, o projeto tem em vista submeter a nomeação do Diretor-Geral ao crivo do Plenário.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

## II – ANÁLISE

O Projeto é louvável e encontra abrigo nos princípios mais proeminentes de nossa Carta Magna, especialmente naqueles que buscam garantir a legalidade, a moralidade, a impessoalidade e a publicidade, entre outros estabelecidos para a administração pública.

Os recentes episódios envolvendo membros da Diretoria do Senado, revelam a importância do cargo diante da enorme profusão de atribuições e recursos a serem administrados. A sucessão dos escândalos dos últimos meses dão a exata medida da necessidade de compartilhar a responsabilidade pela indicação do titular da Diretoria-Geral da Casa, com todos os senadores, de forma a dar um caráter mais institucional do que pessoal a esta escolha. Da mesma forma, a possibilidade de sua destituição por iniciativa do Presidente, submetida à autorização da maioria absoluta da casa, impõe sobre o eventual ocupante do cargo um maior controle por parte de todos os senadores, ao mesmo tempo em que impede uma atuação parcial do Diretor escolhido.

As funções confiadas ao Senado Federal, por meio de seus representantes, exigem que a Casa ofereça o devido exemplo de ética e responsabilidade perante a opinião pública. A probidade dos servidores mais graduados, sobretudo daquele que deve comandar a administração da instituição, é imprescindível para a recuperação da sua boa imagem.

A aprovação do nome do Diretor-Geral pela maioria absoluta dos senadores, após sua indicação pelo Presidente, e a duração do mandato em consonância com o mandato da Mesa poderão colaborar para uma gestão mais transparente e ética. Com essas medidas, a autoridade nomeada cumprirá mandato de curta duração, a nosso ver mais salutar que a permanência no cargo, pelo servidor, por período indeterminado.

Julgamos, portanto, que a proposta deve seguir seu curso, com emenda de redação ao art. 2º, que substitua o termo ‘reeleição’ por ‘recondução’, mais apropriado tendo em vista que o servidor de que trata não é eleito, e sim nomeado.

### **III – VOTO**

Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 28, de 2009, com a seguinte emenda de redação:

#### **EMENDA Nº 1 – (CCJ):**

Dê-se ao art. 2º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º. O mandato do Diretor-Geral do Senado Federal não excederá ao mandato da Mesa do Senado Federal à época de sua nomeação, sendo vedada a sua recondução para o período imediatamente subsequente, nos termos do § 4º, do art. 57 da Constituição Federal.”

Sala da Comissão,

, Presidente,

, Relator,